



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328421-3

COMARCA: 2ª VARA CÍVEL DE PESQUEIRA

APELANTE: EMANUEL GUILHERME VICTO DA SILVA CAVALCANTI

APELADO: PHILCO – BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS – DANO EXTRAPATRIMONIAL NÃO EVIDENCIADO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS – MAJORAÇÃO – ART. 20, §4º, DO CPC - APELO PARCIALMENTE PROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0328421-3**, em que figuram como Apelante **EMANUEL GUILHERME VICTO DA SILVA CAVALCANTI**, e como Apelada **PHILCO – BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: ***“Por unanimidade, deu-se provimento parcial à apelação para majorar a verba honorária, nos termos do voto do relator”***. Tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, *02* de junho de 2014.

[Assinatura]
Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



42

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL: 0328421-3

APELANTE: EMANUEL GUILHERME VICTO DA SILVA CAVALCANTI

ADV: RICARDO F. DO A. FRANÇA PE021160

APELADO: PHILCO – BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS

ADV:

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Cuida-se de Ação de Restituição de Quantia Paga c/c Danos Morais e Materiais.

Sentença Recorrida: A Decisão de fls. 234/235, julgou parcialmente procedente os pedidos formulados pelo autor para CONDENAR a PHILCO - BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS a devolver a quantia de R\$ 279,00 (duzentos e setenta e nove reais) corrigidos monetariamente pelos índices da Tabela ENCOGE desde 05/2013 e com juros de mora de 1% a.m a partir da citação (06/09/2013), julgando IMPROCEDENTE o pedido de reparação por danos morais, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do CPC. Considerando o princípio da sucumbência mínima, condenou, ainda, a demandada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que, fundamento no artigo 20, § 3º do CPC, arbitrados em 20% sobre a condenação.

Objeto: Apelação com pedido de reforma da decisão (fls. 25/28).

Razões recursais: Objetiva a responsabilização da apelada a título de danos morais, nos moldes delineados na exordial, uma vez que a apelada cientificada não promoveu o conserto ou substituição do produto, procedendo de forma injusta, negligente e imprudente. Argumenta que o pagamento de honorários advocatícios nos moldes da decisão recorrida não atendem às normas processuais, ferindo tanto o disposto pelo art. 20, do CPC como o Estatuto da OAB, pelo que objetiva a sua majoração.

Contra-razões: Ausentes.

É o que importa relatar.

À Douta Revisão

Recife, 26 de março de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



57

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL: 0328421-3

APELANTE: EMANUEL GUILHERME VICTO DA SILVA CAVALCANTI

ADV: RICARDO F. DO A. FRANÇA PE021160

APELADO: PHILCO – BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS

ADV:

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

Insurge-se a parte autora contra o não acolhimento, pelo juízo a quo, do pedido de indenização por danos morais veiculado na inicial.

Pois bem, não se olvida que o autor vivenciou situação incômoda, passando por certos transtornos. É evidente, também, que as ré/apelada apresentou conduta omissa, com falha na prestação do serviço, que nem de longe se mostrou adequada e eficaz.

Contudo, tal contexto não configura dano extrapatrimonial. A impossibilidade de utilizar o aparelho adquirido evidencia o descumprimento contratual, mas é insuficiente à indenização pretendida, por constituir mero dissabor da vida em sociedade. Para se falar em lesão à personalidade, são necessários efetivos abalo psicológico e dor moral, capazes de provocar tamanho sofrimento, angústia, a ponto de ferir a dignidade da pessoa humana.

No caso em tela, a parte autora não comprovou ter despendido, na busca pelo conserto do produto, esforço incomum, capaz de lhe provocar forte exaustão e indignação.

Assim, a mera frustração do consumidor, por si só, resolve-se na esfera patrimonial, não amparando o pedido de indenização por dano moral.

Já com relação à fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais, creio carecer de reparo a decisão de primeiro grau. Para essa espécie de demanda, a fixação dos honorários advocatícios deve-se observar o art. 20, § 4º do Código de Processo Civil, o qual remete aos critérios das alíneas a, b e c do parágrafo anterior do mesmo dispositivo.

Assim, para a fixação dos honorários deve-se analisar “o grau de zelo do profissional”, “o lugar de prestação do serviço” e “a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço”.

Nesse sentido, Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery refere¹:

Critérios para fixação dos honorários. São objetivos e devem ser sopesados pelo juiz na ocasião da fixação dos honorários. A dedicação do advogado, a competência com que conduziu os interesses de seu cliente, o fato de defender seu constituinte em comarca onde não residia, os níveis de honorários onde se processa a ação, a complexidade da causa, o tempo despendido pelo causídico desde o início até o término da ação, são circunstâncias que devem ser

¹ NERY JÚNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante. 10ª Edição. Revista dos Tribunais. São Paulo: 2008. Págs. 223/224.
GDPM/26



52

Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

necessariamente levadas em conta pelo juiz quando da fixação dos honorários de advogado. O magistrado deve fundamentar sua decisão, dando as razões pelas quais está adotando aquele percentual na fixação da verba honorária.

Em observância aos critérios estabelecido em lei, deve-se majorar a verba honorária, para o patamar de R\$ 300,00 (trezentos reais)

Por conta dessa soma de razões, **MEU VOTO É PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO, apenas para majorar a verba honorária para o patamar de R\$ 300,00 (trezentos reais), em observância aos ditames do art. 20, §4º, do CPC, mantendo-se, no mais, a sentença atacada.**

É COMO VOTO.

- Recife, 27/05/2014.

[Assinatura manuscrita]

[Assinatura manuscrita]

Revistos, peço pauta.

Recife, 11 / 09 / 2014


Des. Evandro Magalhães Melo
Revisor